

A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE GESTÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NO ESTADO DO PARÁ: FORTALECENDO A POLÍTICA AMBIENTAL¹

Deiliany Lima de Souza², Daniela Silva da Silva³, Doraci Marinho Souza Lopes⁴, Ivonete do Socorro Ribeiro da Costa⁵

Introdução

A temática abordada neste artigo surge no contexto da problemática de inserção da Educação Ambiental no processo de gestão ambiental municipal descentralizada e compartilhada, que vem se desenvolvendo nos municípios paraenses. Apresenta-se diante de um contexto ímpar de transformação do atual cenário social, político, econômico, cultural e ambiental da Amazônia paraense ocasionada especialmente pela importância de se repensar, não somente nas degradações causadas pelos antigos modelos econômicos implantados historicamente na região, mas, sobretudo, pela necessidade de se pensar nos desafios a serem enfrentados pelo poder público diante de toda diversidade socioambiental existente na Amazônia.

Subjacentes a essa lógica socioambiental heterogênea e muita das vezes marcada por conflitos, o poder público representado em seu corpo institucional possui uma atribuição primordial na promoção do desenvolvimento econômico aliado ao social em bases sustentáveis, pois serve ao mesmo tempo como o mediador dos possíveis conflitos socioambientais e como o interlocutor dos diferentes segmentos da sociedade, na medida em que adquire a responsabilidade de promover ações pensadas estrategicamente para melhorar o meio ambiente e conseqüentemente a qualidade de vida de nossa sociedade.

Nesse entendimento a Educação Ambiental transforma-se em um valioso instrumento de gestão ambiental local, uma vez que é capaz de promover entre os gestores e agentes um engajamento a adoção de novas posturas que possam fomentar mudanças de atitudes individuais e coletivas no âmbito da sociedade.

Desse modo, como defende Loureiro (2006) a Educação Ambiental no processo de gestão ambiental local contribui para o processo de construção de uma sociedade pautada por novos patamares civilizacionais e societários distintos dos atuais na qual a sustentabilidade da vida, a atuação política consciente e a construção de uma ética que se afirme como ecológica sejam seu cerne.

Partindo desse pressuposto, o presente artigo apresenta o projeto que foi pensado no contexto da problemática de inserção da Educação Ambiental no processo de gestão ambiental municipal descentralizada e compartilhada que vem se desenvolvendo nos municípios por intermédio do apoio técnico da Coordenadoria de Gestão Compartilhada e Descentralizada – COGER, uma das três coordenadorias integrantes da Diretoria de

¹ Projeto em fase execução pela equipe técnica da Coordenadoria de Capacitação e Educação Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará/SEMA

² Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará/Universidade Federal do Pará. Belém/PA. deiliany@live.com

³ Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará. Belém/PA. danica03@bol.com.br

⁴ Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará. Belém/PA. doracilopes@bol.com.br

⁵ Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará. Belém/PA. ivonete.guedes@hotmail.com

ISSN 2236-0476

Planejamento Ambiental – DIPLAM da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará – SEMA/PA, e se ancora nas experiências das atividades de Educação Ambiental *in loco* desenvolvidas pelos técnicos da Coordenadoria de Capacitação e Educação Ambiental – CEAM, nos diversos municípios paraenses.

Essas experiências e as trocas de informações que ocorrem entre as equipes técnicas da COGER e da CEAM vêm evidenciando a fragilidade e as dificuldades que os gestores e agentes ambientais dos municípios paraenses possuem quando o assunto se refere à Educação Ambiental no processo de gestão, fato que ocorre, mesmo entre aqueles municípios que já estão exercendo a gestão ambiental municipal de maneira plena e descentralizada.

As experiências advindas das visitas técnicas realizadas pelas duas coordenadorias vêm demonstrando que as ações, projetos e programas que envolvem a Educação Ambiental no processo de gestão ambiental se configuram como processos desarticulados, pontuais, muitas das vezes descontextualizados da realidade local e em alguns casos.

Atualmente, esse é o cenário de 44 municípios paraenses, que por meio de convênios e termos de gestão ambiental descentralizada e compartilhada ou de habilitações a gestão ambiental municipal, já podem, por exemplo, emitirem licenças ou fiscalizarem atividades degradadoras ou potencialmente poluidoras de impacto local.

Esses 44 municípios constituem-se *a priori*, os espaços de desenvolvimento dos objetivos propostos no projeto desenvolvido pela CEAM, justificando suas escolhas pelo critério de já estarem exercendo a gestão ambiental de maneira plena, ou seja, já estarem desenvolvendo supostamente as atividades de licenciamento, fiscalização e de Educação Ambiental referente às atividades degradadoras ou potencialmente poluidoras de impacto local existentes em seus espaços.

Entre as principais dificuldades evidenciadas pelas equipes da CEAM e da COGER nos municípios paraenses que já estão exercendo a gestão ambiental municipal plena, encontra-se no fato desses municípios ainda não possuírem o entendimento com clareza do “espaço prático” de atuação da Educação Ambiental no processo de gestão.

Essa falta de clareza pode ser explicada em parte pelo fato de se saber hoje, de maneira bastante clara, o espaço de atuação da Educação Ambiental em nível formal, ou seja, nas escolas, universidades e outros espaços formais de ensino e aprendizagens, mas não se saber ao certo em quais espaços não formais esse mesmo tipo de educação pode atuar.

Partindo desse contexto justifica-se a necessidade de se estabelecer o apoio necessário para que os municípios no estado do Pará que exercem a gestão ambiental de maneira plena estejam devidamente preparados para o desafio de inserirem a Educação Ambiental como um dos componentes essenciais em suas pautas prioritárias, e desse modo contribuir para o fortalecimento da Política Ambiental do Estado.

Neste sentido, a CEAM se apresenta não somente como o setor da SEMA/PA responsável em capacitar os gestores e agentes que atuam na gestão ambiental municipal, mas como, parceira de um processo muito mais amplo, o de fomentar a consolidação de um projeto político, ético, transparente e socioambientalmente sustentável de maneira crítica e permanente que possibilite privilegiar acima de tudo os anseios da sociedade local desses municípios.

Material e Método

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste do projeto incorpora métodos, enfoques, abordagens e técnicas que se orientam a partir da concepção crítica de compreensão da Educação Ambiental que vem sendo difundida atualmente em diferentes espaços institucionais, acadêmicos, formais e não formais, por importantes autores que abordam essa temática, como Quintas (2000), Guimarães (2000), Loureiro, Layrargues, e Castro (2005), Loureiro (2006), entre outros.

A opção pela concepção crítica justifica-se pelo fato desta corrente teórica da Educação Ambiental privilegiar a dimensão política do debate ambiental e apresentar a necessidade do engajamento e fortalecimento da sociedade civil na busca coletiva de transformações sociais, diferentemente de algumas concepções de Educação Ambiental conservadoras ou puramente pragmáticas que historicamente dicotomizaram, individualizam o debate ambiental e supervalorizam as ações pontuais supostamente “solucionadoras” dos problemas que envolvem as questões do meio ambiente.

Privilegiando a dimensão política que envolve o debate ambiental, esse projeto técnico, vem fortalecendo a Educação Ambiental entre as diferentes esferas da sociedade, e de maneira mais específica utiliza a Educação Ambiental como um dos instrumentos fundamentais de gestão ambiental local nos 44 municípios paraenses, hoje habilitados ou que possuem termos para que estes possam inserir de maneira abrangente a Educação Ambiental na gestão local.

O projeto consiste em e oito fases (ver tabela 1) e vem sendo desenvolvido a partir de duas etapas principais: a primeira consiste no levantamento geográfico e ambiental do município, objetivando buscar informações gerais sobre a realidade local, como forma de diagnosticar as principais necessidades no que concerne aos processos da Educação Ambiental; a etapa seguinte consiste na capacitação dos gestores e técnicos para a elaboração dos subprojetos de Educação Ambiental no município, através de palestras, oficinas, debates, mini curso e construção de Planos de Ação para o município desenvolver ações sustentáveis com suas comunidades.

Tabela 1: Quadro Resumo da metodologia

Fases	Atividades	Instrumentais	Período
1º	Levantamento bibliográfico e documental.	1.Consultas a sites oficiais 2.Bibliotecas públicas; 3. COAM e COGER (SEMA)	30 dias
2º	Visitas técnica para a coleta de dados	Questionário socioambiental	7 dias
3º	Análise e tabulação dos dados	3.Sistematização e relatório final.	60 dias
4º	Apresentação do resultado aos gestores e agentes	1.Realização de seminários; 2.Debates para a construção de propostas de agenda 21 local.	7 dias
5º	Capacitação dos gestores e técnicos e elaboração dos subprojetos	1. Palestras; 2.Oficinas; 3.Debates; 4. Mini- curso; 5.Construção de Planos de Ação para o município	7 dias
7º	Acompanhamento e monitoramento.	Construção do banco de dados	Contínuo
8º	Produção do relatório anual	1. Reuniões técnicas; 2.Análise:problemáticas;avanços e novas estratégias.	Ao final de cada ano

Fonte: Coordenadoria de Capacitação e Educação Ambiental – CEAM (2012)

Após a visita e coleta de informações, a equipe se concentrará na apreciação dos dados obtidos identificando situações comuns, problemas, demandas e propostas sugeridas pelos agentes e gestores das Secretarias municipais, visando ações estratégicas para o fortalecimento da Educação Ambiental em nível de gestão. Em seguida, serão propostos ao município (por região de integração) seminários temáticos que abordarão os resultados das análises feitas pelas equipes técnicas com o objetivo de lançar propostas para minimizar algumas problemáticas e fortalecer a Educação Ambiental como um valioso instrumento da gestão ambiental. No entanto, paralelo às informações obtidas na etapa do diagnóstico, este projeto prevê ainda a realização de algumas ações direcionadas ao enraizamento da Educação Ambiental como um instrumento político de gestão por meio de capacitações e acompanhamento técnico, parceria de projetos, dentre outros.

Resultados

O Projeto já realizou o diagnóstico em 34 municípios envolvidos e constatou-se que 80% destes não apresentam a Educação Ambiental dentro do processo de gestão municipal. Desse modo, a equipe técnica iniciou no mês de agosto de 2012 as atividades de capacitação dos gestores e técnicos das secretarias de meio ambiente e sociedade civil organizada nos seguintes municípios: Altamira, Rodon do Pará, Tailândia, Santarém, Cameté e Tucuruí, atendendo um público total de 270 pessoas, (ver foto 1 e 2).

Os cursos de Formação de Educadores Ambientais privilegiaram as temáticas voltadas a sustentabilidade e qualidade ambiental pública como fortalecimento da gestão ambiental local, que tem contribuindo para o desenvolvimento de atividades integradas com

ISSN 2236-0476

os demais órgãos municipais favorecendo a melhoria da qualidade de vida da população e do meio ambiente.

A inserção da Educação Ambiental na gestão pública municipal vem despertando de maneira mais efetiva, a sensibilização das comunidades locais para o compromisso permanente com as questões ambientais.



Foto 1 - Curso de Formação de Educadores Ambientais. Tucuruí/PA. (A.Silva. 2012)



Foto 2 - Curso de Formação de Educadores Ambientais. Rodon do Pará. (C.SILVA. 2012)

Conclusões

Dessa forma, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, através da Coordenadoria de Capacitação e Educação Ambiental tem somado esforços para estabelecer o apoio necessário para que os municípios, no estado do Pará, que exercem a gestão ambiental, ou ainda, busquem tal condição estejam devidamente preparados para o desafio de inserirem a Educação Ambiental como um dos componentes primordiais em suas pautas prioritárias, com o compromisso de fomentar a consolidação de um projeto político, ético, transparente e socioambientalmente sustentável, de maneira democrática, crítica e permanente, que possibilite privilegiar acima de tudo os anseios da sociedade local (LAYRARGUES,2002).

Agradecimentos

Agradecemos a participação da equipe técnica da Educação Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará que se somaram esforços na elaboração deste projeto e as contribuições de outros setores do órgão como a COGER que nos disponibilizaram valiosas informações.

Referencias Bibliográficas

BRASIL, MMA. **Gestão Ambiental Compartilhada: “uma contribuição do Ministério do Meio Ambiente”**. Departamento de articulação institucional. Brasília: MMA, 2006.

·
GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental: No consenso um embate?** – Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.



ISSN 2236-0476

LAYRARGUES, Philippe P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos sócios ambientais. In: LOUREIRO, Carlos F. B. (Org.) **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Carlos F. B. LAYRARGUES, Philippe. P. CASTRO, Ronaldo S. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania – 3.** – São Paulo: Cortez, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetórias e Fundamentos da educação ambiental – 2.** ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

QUINTAS, José S.(org) - **Pensando e praticando a Educação Ambiental na Gestão do meio ambiente**. IBAMA. Brasília. 2000.